

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e seis e vinte e oito de abril de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **46ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 46ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 26/04/21 - Horário: 13h40 às 15h28.

Chander de Freitas (AGERH), Gabriela Artilles (FGV/MPF), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Manoela Carvalho (SEPLAG-Comitê Gestor Pró Rio Doce), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraiso (SEAMA), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES), Verônica Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (IEMA).

Participantes da 46ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 28/04/21 - Horário: 13h40 às 18h13.

Ana Carolina Maciel (Renova), Carlos Alberto (Renova), Carolina Berg (EY), Chander de Freitas (AGERH), Claryssa Almeida (SEDESE), Gabriela Artilles (FGV/MPF), Guilherme Silveira (Renova), Iara Morena (Renova), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), Juliana Rocha (Renova), Leonardo Mansur (Renova), Lorena Gontijo (SEPLAG-Comitê Gestor Pró-Rio Doce), Luciana Souza (Comissão de Atingidos de Regência), Manoela de Carvalho (SEPLAG-Comitê Gestor Pró-Rio Doce), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Mariana Melo (Renova), Mirian Sacramento (SECONT), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozenberg (Ouvidor), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES) e Walquíria Soares (IEMA).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação de Ata da 45ª da Reunião Ordinária da CT-PDCS.

Discussão	Ana Carolina solicitou prazo para leitura da ata. O coordenador solicitou que se houvesse algum ponto significativo, a governança da FR apresentasse ao secretariado até a próxima sexta-feira, por e-mail, caso contrário, a ata seria enviada à SECEX para publicação no site do IBAMA, tendo em vista manifestações dos membros da CT pela aprovação, sem objeção, na Reunião Preparatória.
------------------	--

3) Avaliação do calendário de reuniões (mês de junho).

Discussão	A Reunião Ordinária foi mantida nos dias 28 e 29 de junho de 2021 (segunda-feira e terça-feira), conforme o calendário aprovado e publicado.
------------------	--

4) Encaminhamentos da 45ª RO: E-45.2 - Finalização e envio da proposta comunicação visual e identidade do CIT; E-45.4 - Apresentar a CT o detalhamento das despesas realizadas do PG 35, para anuência prévia do CIF, por ser um programa compensatório; E-45.5 - Apresentar registros que evidenciem as solicitações de tratativas com a Prefeitura de Mariana sobre o CIT; E-45.7 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado para as ações de estruturação de plataforma e da materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº 25/CT-PDCS; E-45.8 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado com as ações de melhoria do Portal da Transparência, conforme NT nº 26/CT-PDCS e E-45.9 - Apresentar a metodologia da análise de cenários para identificação dos temas prioritários para a reparação em cada território.

Discussão

Paula Vieira compartilhou que a área de comunicação institucional da FR assumiu as questões relacionadas à plataforma georreferenciada e ao Portal de Transparência. João Paste registrou que a CT avalia positivamente a integração proposta, entendendo que o compartilhamento de informações dos PGs e a divulgação numa plataforma construída conforme discussões que levaram à formalização da NT nº 25/2021/CT-PDCS, com informações por município e em linguagem adequada, é um avanço a ser comemorado. Em relação aos encaminhamentos **E-45.7 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado para as ações de estruturação de plataforma e da materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº 25/CT-PDCS** e **E-45.8 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado com as ações de melhoria do Portal da Transparência, conforme NT nº 26/CT-PDCS**, Leonardo Mansur expôs que a comunicação assumiu há cerca de 10 dias essa coordenação interna. Solicitou a manifestação da CT quanto à proposta de revisão do PG 36. Mencionou que nas próximas semanas avançariam na identificação da primeira fase da atualização do Portal da Transparência e na construção da plataforma georreferenciada, e submeteu à CT a possibilidade de trazer na próxima RO o detalhamento do cronograma e análise dos itens, sob a ótica dos níveis de complexidade. A CT concordou com o encaminhamento e se comprometeu em contribuir na construção do processo. Em relação à discussão da proposta de revisão do PG 36, João Paste disse que a proposta de revisão do PG 36, apresentada pela Fundação, vincula o critério de encerramento do PG 36 ao PG 35; que o critério de encerramento do PG 35 foi item de pauta da 5ª RE, o qual se encontra em análise pela equipe da FR, tendo em vista demandas da CT. Ana Carolina compartilhou que na próxima RO, a equipe deve trazer atualizações sobre o critério de encerramento do PG 35. Leonardo disse que, na próxima semana, enviarão por e-mail uma proposta para análise da CT, referente ao critério de encerramento do PG 36. João Paste disse que a CT compreende a importância dos avanços na validação da proposta de revisão do PG 36, salientou que a CT fará a análise da proposta que for enviada, desde que não fragilizasse as construções relativas ao PG 35 e ao PG 06. Com relação aos indicadores do PG 36, João Paste lembrou que está registrado no relatório da oficina de revisão dos indicadores dos três programas acompanhados pela CT que, apenas com ajustes de redação, os indicadores foram considerados suficientes para a avaliação do Programa de Comunicação Nacional e Internacional, mas caso a equipe da FR entendesse e construísse outros indicadores, a CT receberia positivamente. Leonardo propôs a inclusão de toda proposta num documento único para análise da CT. Sobre o encaminhamento **E-45.9 - Apresentar a metodologia da análise de cenários para identificação dos temas prioritários para a reparação em cada território**, a equipe da FR apresentou um documento em PPT sobre o processo da análise de cenário, trazendo a atualização sobre alguns ajustes feitos em termos de metodologia de processo e de sistematização de informações. Detalharam sobre a composição do indicador de ambiência social e apresentaram a metodologia de cálculo, a síntese da ambiência social nos municípios e nos territórios, por tema, bem como os pontos de melhoria e piora, referentes a março de 2021. Lara informou que os dois indicadores que haviam sido excluídos na proposta de revisão do PG 06 deverão retornar. Quanto ao encaminhamento **E-45.7 - materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº 25/CT-PDCS**, Lara pediu desculpas por ter encaminhado o documento para a CT no dia anterior a RO e informou que o relatório de informações por municípios seria compartilhado com a CT. A equipe da FR apresentou o documento em PPT, e contextualizou sobre o processo de construção dos cinco planos de ação dos cinco microterritórios e a atualização do plano de ação de Linhares e Sooretama. Lara compartilhou que os planos de ação são documentos vivos, que devem ser revisitados, atualizados e que não podem ser entendidos como estanques, devido à dinamicidade do planejamento dos programas; que, para o 2º ciclo, já iniciaram a produção dos planos de ação dos microterritórios de Barra Longa, Parque Estadual do Rio Doce, Vale do Aço MRD e Aracruz, e que pretendem concluí-los ao longo de junho de 2021; que pretendem iniciar o 3º ciclo em julho, referente aos microterritórios de Vale do Aço, Governador Valadares

<p>Discussão</p>	<p>e Alpercata, Baixo Rio Doce MG e Colatina e Marilândia. Iara apresentou o cronograma das entregas concluídas e a atualização das entregas previstas, dentre elas: a proposta de metodologia de oficinas de participação e controle social sobre a produção dos planos, com a previsão de apresentação na próxima RO; a revisão do modelo de gestão territorial para a consolidação da implementação dos planos e a discussão do modelo de gestão territorial, da interface com os programas e as potencialidades de integração. João Paste agradeceu a apresentação realizada e mencionou que visualiza avanços nos compromissos assumidos e que isso era muito interessante. Pontuou que é necessário inserir, nos planos de ação, o cronograma da execução das ações prioritárias e as estimativas de custos dos mesmos; que não era objetivo da CT-PDCS a realização de análise quanto às agendas prioritárias apresentadas, por microterritório, pois os planos de ação estão para além do PG 06 e da CT-PDCS; que a CT não fará análise em relação a planos e projetos para todos os territórios, cabendo à FR observar a existência de todos os planos e projetos; observa que o Plano Integrado de Desenvolvimento da Foz deve ser citado no Plano de Ação de Linhares e Sooretama, tendo em vista a sobreposição territorial; que a equipe da FR deve explicitar nos Planos de Ação para toda a população atingida, para a sociedade, as organizações sociais, as administrações dos municípios e aos Estados que o plano representa toda agenda para aquele espaço territorial. Sobre o encaminhamento E-45.2 - Finalização e envio da proposta comunicação visual e identidade do CIT, João Paste compartilhou que a CT recebeu a documentação e que o tema foi discutido na 5ª RE. No que se refere ao encaminhamento E-45.4 - Apresentar à CT o detalhamento das despesas realizadas do PG 35, para anuência prévia do CIF, por ser um programa compensatório, João Paste mencionou que o tema foi encaminhado ao CIF através da NT nº 27, pois a CT não recebeu o documento no prazo estabelecido pela Deliberação CIF nº 437. No que se refere ao encaminhamento E-45.5 - Apresentar à CT registros que evidenciem as solicitações de tratativas com a Prefeitura de Mariana sobre o CIT, a equipe da FR apresentou justificativa junto ao 5º ponto de pauta dessa ata.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-46.1 - Apresentação de proposta de metodologia para oficinas de participação e controle social sobre a produção dos planos. Responsável: Equipe de diálogo da FR. Prazo: RO de maio/21.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-46.2 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado para as ações de estruturação de plataforma e da materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº 25/CT-PDCS. Responsável: Equipe de diálogo da FR. Prazo: Próxima Reunião Ordinária.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-46.3- Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado com as ações de melhoria do Portal da Transparência, conforme NT nº 26/CT-PDCS. Responsável: Equipe de comunicação e equipe de diálogo da FR. Prazo: Próxima Reunião Ordinária.</p>
<p>5) Atualização sobre andamento das providências e detalhamento, pela FR, dos documentos encaminhados em 15/abril para cumprimento dos prazos definidos pela Deliberação CIF nº 437, de 17/09/2020.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Paula compartilhou que no dia 8 de abril enviou e-mail, com link do <i>SharePoint</i>, contendo vários anexos, relativos aos encaminhamentos realizados anteriormente à CT e às atualizações de documentos, em resposta a Deliberação CIF nº 437, e que protocolaram os mesmos documentos no CIF em 19 de abril. Walquíria solicitou esclarecimento com relação ao anexo VII, que menciona o detalhamento dos custos realizados e sinalizou quanto à dificuldade de acesso, organização e identificação dos inúmeros documentos encaminhados através do <i>SharePoint</i>. Sobre o encaminhamento E.45.5 -Apresentação de registros que evidenciem as solicitações de tratativas com a Prefeitura de Mariana sobre o CIT, Iara mencionou que foi protocolado o projeto conceitual e o projeto executivo na Prefeitura de Mariana, mas que o processo estava paralisado, tendo em vista a questão relacionada às eleições municipais e à interinidade da atual gestão municipal; que não houve devolutiva sobre aprovação de nenhum dos dois projetos e não conseguiram avançar na assinatura do termo de parceria entre FR e a Prefeitura de</p>

Discussão

Mariana; que o diálogo estava difícil com a Prefeitura de Mariana e não conseguiram avanços; que enviaram à CT em 8 de abril as evidências desses protocolos junto à prefeitura. Lara realizou a apresentação de uma planilha relacionando os itens da Deliberação CIF nº 437 e a documentação enviada à CT em 8 de abril. Quanto ao anexo VII, referente ao detalhamento dos custos do PG 35, Walquíria questionou a FR sobre os custos realizados na Casa do Jardim, apresentada inicialmente como CIT de Mariana. Mencionou que as obras, o aluguel e tudo que foi feito, referente à Casa do Jardim, não teve a aprovação prévia do CIF; que foi definido no orçamento que isso não seria considerado na planilha orçamentária, por ser uma despesa compensatória, e deveria ter tido aprovação prévia à execução; que em NT ou ata de reunião anterior, houve o entendimento e aceitação, por parte da FR, de que esses recursos não poderiam ter sido utilizados dessa forma e que voltariam e seriam usados no CIT futuramente. Ana Carolina disse que acionaria o jurídico, o financeiro e a governança da FR, para esclarecimento dessa questão; que desconhecia como seria o processo de realocação de verbas. Walquíria disse que o dinheiro gasto não foi pouco, que esse dinheiro não seria da CT, nem da FR, e sim dos atingidos, e que precisava ser usado para a reparação e no atendimento às necessidades dos atingidos; que aguardava a verificação e retorno por parte da equipe da FR. João Paste reiterou que no dia 8 de abril a FR enviou resposta do **item-a**, referente ao cronograma e a planilha para implantação e funcionamento do Espaço fixo de Mariana; que a CT se manifestaria ao CIF quanto ao cumprimento da Deliberação CIF nº 437, observando também a Deliberação nº 248, relativa à anuência prévia pelo CIF em relação aos recursos compensatórios; que a entrega dos documentos não significava a anuência do CIF ou da CT; que a CT recebeu somente no dia 8 de Abril de 2021 os documentos que era para serem entregues desde o dia 21 de novembro de 2020, portanto, com 4 meses de atraso; que existem diferenças dos valores financeiros apresentados nos documentos da FR, encaminhados no dia 23 de novembro de 2020, através do OF 2020. 1915, em relação ao orçamento apresentado no dia 8 de abril. Lara mencionou que poderia ter acontecido alguma atualização orçamentária e se comprometeu em verificar essa questão, pois o BOE apresentado seria o documento mais atual. João Paste mencionou que a planilha de custos entregue em novembro não era relativa à implantação e funcionamento e sim aos custos do programa; que atualizaria ao CIF sobre a comunicação feita através da NT nº 27/CT-PDCS, de que no dia 8 de abril a CT recebeu novas planilhas, mas que, infelizmente, os documentos apontavam que o espaço fixo de Mariana estaria disponível à população apenas em 7 de novembro de 2022, conforme cronograma apresentado, com custos de cerca de quatro milhões de reais. Com relação ao **item-d**, Lara mencionou que a FR fez entregas no ano de 2020 e que sistematizaram essas entregas, junto aos PPT apresentados nas reuniões, no ofício do dia 8 de abril; que ainda não tinham resposta definitiva sobre o ajuste da identidade visual do CIT, conforme pontuado em reunião do dia 22 de abril de 2021, mas que consideravam esse item cumprido, conforme envio do material no dia 16 de abril de 2021. João Paste informou que o PPT feito pela agência contratada sobre a identidade visual do CIT, apresentado na reunião do dia 17 de dezembro de 2020, em resposta ao **E.41.9**, não foi recebido pela CT, e que portanto o item não foi cumprido no prazo de 20 de janeiro de 2021, conforme prazo estabelecido na Deliberação CIF nº 437. Lara se comprometeu em realizar o envio do documento. Sobre o **item-e**, Lara mencionou que, conforme ofício enviado dia 8 de abril, as unidades físicas, para a descentralização das atividades do CIT, inicialmente seriam os CIAS, e que ao longo de 2021, com as oficinas de itinerância programadas, pretendiam avançar nas parcerias com outros grupos; que a medida que fossem feitas outras parcerias, fariam a atualização da listagem dos equipamentos já enviada à CT; que inicialmente trabalhariam com os CIAS, portanto não haveria custos adicionais para o programa; que não disponibilizaram o cronograma de custos das unidades descentralizadas, pois precisariam definir os futuros parceiros ao longo da bacia. João Paste registrou que a documentação referente ao **item-e** não foi recebida pela CT no prazo estabelecido na deliberação, expirado desde 20 de janeiro de 2021. Referente ao **item-f**, Lara partilhou que encaminharam em novembro a documentação e reenviaram dia 8 de abril, contendo a descrição de como

Discussão

seria o repositório, e que alguns detalhes não conseguiriam apresentar, pois estavam em fase de contratação da empresa. Walquíria relatou sobre sua expectativa, devido ao tempo decorrido, da apresentação da empresa que atuaria no repositório. Paula mencionou que a deliberação não citava que a FR deveria apresentar um contrato com a empresa que iria executar os serviços, no prazo estipulado pela deliberação, e sim uma proposta de solução. João Paste questionou se a solução que estava sendo contratada cuidaria da integração com as outras plataformas que tratam da gestão de informações técnicas, conforme pactuado e constante na deliberação, e reiterou que o sistema não estava pronto no prazo estabelecido, que foi 21 de janeiro de 2021. Lara respondeu que a contratação em andamento considera toda a complexidade do que será o repositório do CIT. Lara partilhou que o entendimento da equipe, quanto a proposta de solução, não seria uma plataforma pronta, e sim a proposta de construção de solução; que não tinham o *site* pronto; que não se lembrava a data prevista para a entrega do repositório, mas salvo engano seria no mês de julho. João Paste salientou que o prazo estabelecido no **item-f** da Deliberação nº 437, para a entrega do repositório foi o mês de janeiro de 2021, e que inclusive estavam perdendo documentos. Lara disse que haveria um erro de entendimento e que inclusive no cronograma do programa o prazo estabelecido para a entrega não era janeiro. João Paste disse que a Curadoria deveria estar pronta em novembro para estabelecer formas de como os documentos entrariam nesse universo do repositório, confirmando o cronograma de funcionamento do repositório em janeiro de 2021. Ana Carolina disse que tinha o mesmo entendimento da Lara e da equipe técnica, sobre a entrega do repositório em julho; que em nenhum momento e em nenhum documento ficou claro que já seria a entrega do repositório. Walquíria questionou se o prazo de entrega em julho, mencionado pela equipe da FR, seria cumprido. Ana Carolina respondeu que sim, mas que o material não seria ainda a entrega final, pois pouquíssimas empresas atenderam à concorrência; que, as que atenderam, não apresentaram todos os requisitos necessários para a proposta da plataforma interativa; que parte da solução, que seria de salvaguarda e o desenho do processo, estaria disponível ao público, não com toda a tecnologia necessária, mas que seria implementada no decorrer do processo. João Paste afirmou que não tinha ciência sobre o prazo do mês de julho; lembrou que o cronograma do CIT inicialmente foi 2016; que a Deliberação CIF nº 306 tratava do cumprimento de todos os itens num prazo máximo de 210 dias, e que na época a CT ficou no limite de comunicar ao CIF o não cumprimento daqueles prazos; que o prazo foi alongado devido a pandemia, e depois estendido em até 210 dias, através da Deliberação CIF nº 437, e que o prazo máximo para o cumprimento de todos os itens foi finalizado em 21 de abril de 2021; que a CT comunicou ao CIF o descumprimento de prazo de 7 itens da deliberação através da NT nº 27/CT-PDCS, e que comunicaria o descumprimento de prazo dos outros 5 itens da deliberação; que a FR, se assim entendesse, devia ter enviado solicitação de prorrogação de prazo ao CIF, mas que a CT manteria o entendimento que o sistema de gestão dos documentos do CIT devia estar rodando desde de janeiro de 2021, conforme indicado no **item-f** da Deliberação CIF nº 437. Sobre o **item-h**, João Paste enfatizou que, no seu entendimento, a proposta de Curadoria que a CT recebeu estava muito simplificada; que as NTs desta CT e as oficinas trataram que a Curadoria tivesse um funcionamento mais ágil, com a utilização de meios eletrônicos, que a Curadoria não poderia criar a expectativa de que fosse um grupo de entendimentos com muitas reuniões e desdobramentos; e que a proposta apresentada não tratou disso; que esse regulamento é absolutamente necessário; exemplificou que achava que a Curadoria não deveria ser remunerada, mas que outros poderiam achar que sim, e que essas questões deveriam constar no regulamento; que não entendia que a CT deveria elaborar o regulamento da Curadoria e que o regulamento deveria ter sido encaminhado junto à proposta de Curadoria; que, mesmo assim, a CT considerou atendido o **item-h** da deliberação. João Paste sugeriu agendamento de reunião para discussão do detalhamento da proposta de Curadoria, indicando o dia 12/05, das 16h às 18h. Indicou que, caso Ana Carolina tivesse retorno dos pontos elencados na 5ª RE sobre o PG 35, para retorno à CT, aqueles pontos seriam incluídos na pauta, inclusive com ampliação do

Discussão

horário da reunião proposta. Referente ao **item-i**, sobre a interface do PG 35 com outros Programas, lara explanou sobre as articulações com os demais programas e a com a Curadoria de Impacto da FR. João Paste afirmou que os documentos anteriormente enviados à CT, referentes ao item, foram considerados insuficientes e que a CT analisaria os documentos enviados em 8 de abril, através do anexo VIII. Sobre o **item-j**, apresentação da revisão dos custos estimados do Programa, lara mencionou que apresentaram o documento mais atual e detalhado que possuíam, BOE, publicado em agosto de 2020; que o BOE será atualizado em maio e encaminhado à CT. Com relação ao **item-b**, sobre o espaço fixo de Governador Valadares, que teve o prazo expirado em 20 de abril de 2021, João Paste mencionou que o cronograma e o orçamento foram apresentados, mas que os documentos que comprovassem o compromisso, o projeto conceitual e o projeto executivo não foram encaminhados à CT. Paula Vieira recapitulou que através do ofício enviado em 8 de abril, com final 063-01, foram encaminhados todos os itens da Deliberação nº 437, trazendo complementos de informação aos itens com prazos vencidos e os itens com prazo até 20 de abril de 2021. João Paste observou que o anexo II trouxe o projeto do CIT de GV de 2019, já descartado. Em relação às evidências sobre a comprovação dos compromissos do CIT de GV, Ana Carolina mencionou que dependiam da parceria público-privada para firmar o compromisso e que poderiam enviar os comprovantes de agendamentos, as comunicações e os ofícios encaminhados à municipalidade. João Paste disse que a projeção do orçamento do CIT de GV, enviado à CT, é de 2019; que a deliberação dispõe que os CITs estejam “instalados preferencialmente em área pública”, não determinando que fosse somente em área pública, caso esse fosse um elemento que trouxesse embaraço à execução do programa. Enfatizou que o Programa de Informação para a População é um programa de conteúdo, e que os conteúdos estavam paralisados em função dos espaços fixos; que em nenhum momento a CT disse que o espaço físico da Casa do Jardim não poderia cumprir o papel de ser o espaço fixo do CIT de Mariana; que foram feitas observações sobre acessibilidade do imóvel, mas que era uma necessidade ajustável, e que os questionamentos tratavam do projeto conceitual e de conteúdo do CIT. Ana Carolina compartilhou que se dependesse deles o CIT já estaria aberto; que tinham o compromisso com a entrega do programa, assim que fosse possível, ou no espaço público ou em outro espaço, mas com entendimentos para não cometerem os mesmos erros da Casa do Jardim. lara compartilhou sobre a análise da construção do CIT de GV no Horto Florestal. João Paste compartilhou que a equipe da FR enviou os comprovantes das trocas de documentos referentes às negociações em andamento com a Prefeitura de GV, mas que não apresentaram projeto executivo, planilha aderente ao projeto executivo e o cronograma específico para implantação do espaço fixo. Sobre o **item-c**, relativo ao CIT de Regência, João Paste mencionou que a equipe da FR entregou o projeto conceitual, mas não entregou o projeto executivo, o cronograma e as planilhas de custos e os compromissos estabelecidos, portanto o item não foi cumprido em sua totalidade no prazo. Taís Santos perguntou se o CIT de Linhares seria em Regência. João Paste respondeu que esse foi um entendimento entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura de Linhares, uma decisão do final do ano de 2017. Sobre o **item-g**, João Paste informou que a FR enviou resposta, esclarecendo que a Curadoria seria suportada pelo setor de TI e outras áreas administrativas da FR. lara confirmou que o suporte técnico da Curadoria seria feito pela área de TI, pela área de comunicação da FR e pela equipe do PG 35, que possui profissionais dessa área; que esses custos não foram descritos, pois estavam dentro dos custos da gerência; que não haveria incorrência de custos dos espaços descentralizados, pois inicialmente seriam nos CIAS. João Paste relatou que o **item-h** foi respondido formalmente; que o **item-i** foi tratado na discussão da NT nº 27; que o **item-j** está ainda sujeito a ajustes; que no **item-k**, o cronograma geral do programa foi apresentado no BOE; e que o **item-l**, os indicadores, foram tema de discussão na 5ª RE, ainda aberto para tratativas; que continuariam essa discussão na RE acordada para o dia 12 de maio de 2021, caso a equipe da FR tivesse *feedback*, ou na próxima RO. lara disse que apresentariam o material sobre a Curadoria, mas que enviariam esse documento à CT,

	para ser discutido na próxima RE. João Paste solicitou que Pedro Strozemberg traga na próxima RO atualizações sobre a Ouvidoria e propôs discussão sobre o debate em curso quanto ao modelo de governança da reparação.
Encaminhamento	E-46.4 - Atualizar o CIF com relação a NT nº 27, referente ao recebimento dos documentos enviados pela FR em 8 de abril de 2021. Responsável: CT-PDCS. Prazo: 52ª RO CIF
Encaminhamento	E-46.5 - Dar retorno à CT-PDCS quanto aos custos incluídos no orçamento referentes à Casa do Jardim e quanto à divergência de valores apresentadas nos documentos enviados à CT. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima Reunião Ordinária.
Encaminhamento	E-46.6 - Dar ciência ao CIF quanto aos descumprimentos de prazos previstos na Deliberação CIF nº 437, dos itens não incluídos na NT nº 27/CT-PDCS. Responsável: CT-PDCS. Prazo: anterior à formação da pauta da próxima reunião do CIF.
Encaminhamento	E-46.7 - Enviar convite para 6ª Reunião Extraordinária no dia 12/05/2021, 16h, para discussão da proposta de Curadoria. Responsável: Secretariado. Prazo: Imediato.
Encaminhamento	E-46.8 - Atualização sobre andamento das providências e detalhamento, pela FR, dos itens da Deliberação CIF nº 437. Responsável: Equipe FR - PG 35. Prazo: próxima Reunião Ordinária.
Encaminhamento	E-46.9 - Atualizações da Ouvidoria. Responsável: Ouvidoria. Prazo: próxima Reunião Ordinária.

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 46ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezoito horas e treze minutos.